

30.06.2009

Mapa Judiciário: Ministro da Justiça faz balanço "positivo" de funcionamento das comarcas piloto

Amadora, 30 Jun (Lusa) - O ministro da Justiça, Alberto Costa, fez hoje um balanço "positivo" do funcionamento das comarcas piloto do novo mapa judiciário, considerando que desde o início desta reforma houve um aumento dos processos resolvidos nas três circunscrições.

"Os ecos [do funcionamento das comarcas piloto] são muito positivos. Neste caso concreto da circunscrição onde nos encontramos (comarca da Grande Lisboa Noroeste) passámos de uma taxa de 77 por cento, negativa portanto, para uma taxa de 88 por cento. Isto significa que por cada cem processos entrados 88 são resolvidos", disse hoje aos jornalistas o ministro da Justiça, durante a inauguração do Palácio da Justiça da Amadora, em Alfragide.

Segundo Alberto Costa, as comarcas piloto do Baixo Vouga, Alentejo Litoral e Grande Lisboa Noroeste tinham no "passado taxas de resolução francamente negativas em relação à média nacional".

"Acreditamos que nos próximos anos, continuando a cuidar da evolução do sistema como temos feito, nós poderemos passar também aqui para uma taxa de resolução positiva como já acontece em numerosas comarcas do país", disse.

O ministro inaugurou hoje o Palácio da Justiça da Amadora, que se encontra em funcionamento desde Abril.

O Tribunal da Amadora conta com os juízos de família e menores, pequena instância criminal, juízo de média instância cível e juízo de instrução criminal.

"Na verdade, passámos a ter aqui novas valências, jurisdições especializadas na esfera do direito criminal, de família e menos e na esfera do Departamento de Investigação e Acção Penal", considerou o ministro da Justiça.

"Foi dito que uma reforma do mapa judiciário significaria encerramentos. Estamos a assistir aqui na Amadora a um acto que demonstra bem que não foram encerramentos, mas novas valências oferecidas às populações, o que resultou deste processo da reforma do mapa judiciário", considerou Alberto Costa.

O Palácio da Justiça da Amadora vai contar com 51 funcionários, 15 magistrados (10 deles do Ministério Público) e vai custar ao Estado uma renda mensal de 44 mil euros.

O novo mapa judiciário arrancou no passado dia 14 de Abril com as comarcas-piloto do Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste, estando previsto um período experimental de dois anos.

A reforma, que organiza os actuais 231 tribunais de comarca em 39 circunscrições, deverá estender-se ao resto do país em 2011.

JYR

Lusa/Fim